

Superior Tribunal de Justiça

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.486 - DF (2019/0296943-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
IMPETRANTE : RICARDO DAMINELLI FREY
ADVOGADO : RICARDO DAMINELLI FREY (EM CAUSA PRÓPRIA) - PR060233
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Conforme consta da própria petição inicial, este mandado de segurança foi ajuizado em causa própria por RICARDO DAMINELLI FREY (RICARDO), contra *a r. decisão que indeferiu a AJG nos autos n.º 0049127-22.2019.8.16.0000, de Agravo de Instrumento em Ação de Repetição Indébito, em trâmite na 13.ª Vara Cível de Curitiba e 18.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, que tem como requerido o Banco Bradesco Financiamentos (e-STJ, fl. 3).*

RICARDO sustentou, em resumo, que a decisão que não deferiu a justiça gratuita é nula, porque não se pode indeferir o benefício antes de possibilitar à parte o direito de comprovar se estão, ou não, preenchidos os requisitos para a sua concessão.

Requeru, daí, o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do ato impugnado.

Este, em síntese, o relatório.

DECIDO.

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça deixou consignado o seguinte, no julgamento do MS nº 21.877, DJe de 14/12/2015, relatado pelo Ministro RAUL ARAÚJO:

O mandado de segurança é ação constitucional voltada para a proteção de direito líquido e certo contra ato abusivo ou ilegal de autoridade pública ou de agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público (CF, art. 5º, LXIX), não podendo, em regra, ser utilizado como sucedâneo recursal.

Por essa razão, o art. 5º, II, da antiga Lei do Mandado de Segurança (Lei 1.533/51) dispunha que "não se dará mandado de segurança quando se tratar de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correição". Também a atual Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009), em seu art. 5º, II, disciplina que "não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo". Além disso, a Súmula 267/STF estabelece que "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição".

Superior Tribunal de Justiça

Fora das circunstâncias normais, entretanto, a doutrina e a jurisprudência majoritárias admitem o manejo do mandado de segurança contra ato judicial, pelo menos em relação às seguintes hipóteses excepcionais: a) decisão judicial manifestamente ilegal ou teratológica; b) decisão judicial contra a qual não caiba recurso; c) para imprimir efeito suspensivo a recurso desprovido de tal efeito; e d) quando impetrado por terceiro prejudicado por decisão judicial.

No caso dos autos, constata-se, de plano, que o ato apontado como ilegal, nos termos da própria inicial, é atribuído a Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sucede que a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar mandados de segurança se restringe àqueles impetrados contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal, consoante previsão do art. 105, I, *b*, da Constituição Federal.

Assim sendo, se o ato atacado não provém de uma das autoridades apontadas nesse rol, evidente se torna a incompetência do Superior Tribunal de Justiça para o processamento do *writ*.

Vem à baila, a propósito, o teor da Súmula 41: *O Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos.*

Nessas condições, porque manifesta a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, **INDEFIRO DESDE LOGO** o pedido formulado no presente mandado de segurança, extinguindo-o, nos termos dos arts. 34, XIX e 212 do Regimento Interno desta Corte.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Desembargador VITOR ROBERTO SILVA no Tribunal de Justiça do Paraná (Agravo de Instrumento nº 0049127-22.2019.8.16.0000) e ao Juízo da 13ª Vara Cível de Curitiba/PR (Processo nº 0024836-52.2019.8.16.0001).

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR